

UTILIZAÇÃO DA RECEITA MÉDICA NA AUTOMEDICAÇÃO¹

THE USE OF MEDICAL PRESCRIPTION IN THE SELF- MEDICATION

Kelly Pivetta Reis²

Jefferson Thadeu Canfield³

RESUMO

A automedicação, quando se torna de uso abusivo, causa uma grande repercussão na saúde e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população. A disponibilidade de drogas auxiliares na cura ou controle de doenças, que são vendidas com grande facilidade, contribui para um significativo aumento do consumo de medicamentos nas diferentes classes sociais. Muitos trabalhos têm tratado do assunto, mas poucos tratam da receita médica como fator determinante no uso de medicamentos. Este estudo objetiva verificar as implicações da variável receita médica no processo de automedicação. Foram aplicados 404 questionários a clientes, voluntários, de duas farmácias, situadas no centro e na periferia de Santa Maria, no período de setembro a outubro de 1999. Constatou-se que 5,2% dos sujeitos da amostra “sempre utilizavam” a receita médica, 46,8% “às vezes utilizavam” e, 48,0% “nunca utilizavam” a receita médica. Não houve relação significativa entre a variável sexo e o hábito de tomar medicamentos sem receita médica. A renda familiar também não foi fator determinante. Verificou-se relação entre as variáveis grau de escolaridade/faixa etária com a reutilização da receita médica. Considerando que o grau de escolaridade (conhecimento) pode determinar a automedicação, sugere-se que o profissional farmacêutico seja incentivado a cumprir o papel de agente difusor do conhecimento sobre os problemas gerados pela automedicação.

Palavras-chave: automedicação, receita médica, reutilização

ABSTRACT

When the self-medication becomes excessive, it has a great repercussion on health and, consequently, on the population's quality of life. The availability

¹ Monografia.

² Curso de Saúde Coletiva Bacharel em Farmácia – UNIFRA.

³ Orientador.

of auxiliary drugs, which are used to cure or control diseases, and are easily sold, contributes to a significant increase in the consumption of medicines in different social classes. Many works have dealt with the subject, but few refer to the medical prescription as a determinant factor in the use of medicines. The present study aims to verify the implications of the variable “medical prescription” in the process of self-medication. Thus, 404 questionnaires were applied to voluntary customers of two drugstores located in the center and in a surrounding area of Santa Maria from September to October in 1999. It was observed that 5.2% of the subjects in the sample have “always” used the medical prescription, 46.8% of them have “sometimes” used it, and 48% have “never” used the prescription. There was no significant relation between the variable “sex” and the habit of taking medicines without a prescription. The family income was not a determinant factor either. It was found some relation between the variables “schooling” and “age group” concerning the reuse of medical prescriptions. Considering that the level of school education (knowledge) can be determinant of self-medication, it is suggested that the pharmacist should be motivated to play his role as the agent who spreads the knowledge about the problems caused by self-medication.

key words: self-medication, medical prescription, reuse.

INTRODUÇÃO

No século XVI, segundo KOROLKOVAS & BURCKHALTER (1988), publicaram-se as primeiras farmacopéias. No século seguinte, o arsenal terapêutico é enriquecido com novas drogas de origem vegetal e mineral. Inicialmente as drogas eram extraídas de plantas e destinavam-se à cura de várias enfermidades, como faziam os índios brasileiros que empregavam a raiz de *ipeca* para disenteria e diarreia.

Hoje há fatores desencadeantes da automedicação, como a atuação do Estado na liberação total de preços, que chegam a alcançar grandes diferenças para produtos farmacêuticos com o mesmo nome genérico, os quais, aliados ao excessivo número de farmácias e drogarias, acabam levando o setor farmacêutico a uma situação crítica, em que a realidade é só a geração de lucros pela venda de medicamentos, sem nenhuma vinculação a programas de saúde estabelecidos.

Além disso, também o progresso no desenvolvimento de fármacos, os novos tipos de formulações farmacêuticas e a grande contribuição que a mídia “repassa” aos espectadores favorecem a automedicação.

Assim, o risco da automedicação parece estar correlacionado com o grau de instrução e informação dos usuários sobre medicamentos, bem como com o acesso dos mesmos ao sistema de saúde e, conseqüentemente, com a desinformação do paciente a respeito da forma correta de utilizar medicamentos.

Cada vez mais se torna freqüente a prática da automedicação (LIMA, 1992; SILVA *et al*, 1997; ARRAIS, 1997; SIMÕES *et al*, 1998; VILARINO *et al*, 1998) em que um indivíduo, por vontade própria ou indicação de alguém, até mesmo dos meios de comunicação, faz uso de medicamentos sem a prescrição médica ou a reutiliza quando inicia um novo tratamento de saúde.

Os medicamentos têm, além de potenciais ações materiais sobre o organismo humano, um forte componente simbólico, representando o poder da ciência e da tecnologia. Muitas vezes é esse fator simbólico que determina o uso de medicamentos em detrimento de outras abordagens para tratar, prevenir doenças ou aliviar sintomas sem levar em conta os possíveis riscos de sua utilização (SCHENKEL, 1998).

ARRAIS (1997) realizou um estudo sobre o perfil da automedicação no Brasil, pela análise da procura de medicamentos em farmácias sem prescrição médica ou com o aconselhamento do farmacêutico/balconista. Foram analisados 4174 questionários, onde o número de especialidades farmacêuticas citadas foi de 5332, correspondendo a 1124 nomes comerciais distintos. Em 30% dos casos, as especialidades foram compradas para uso compartilhado (uso familiar) e, em 70%, para uso individual, 59% para uso de pessoas do sexo feminino e 41% para pessoas do sexo masculino. Os grupos farmacológicos mais citados foram analgésicos e vitaminas, correspondendo a 28% e 22% respectivamente, sendo infecção respiratória alta (19%), dor de cabeça (12%) e dispepsia/má digestão (7,3%) os principais motivos que geraram a automedicação. Segundo esse estudo, a escolha de medicamentos é baseada principalmente na recomendação de pessoas leigas (51%), sendo também relevante a influência de prescrições anteriores (40%).

O trabalho de SIMÕES *et al*, (1997) objetivou avaliar algumas características do consumo de medicamentos da área urbana de Araraquara/SP. Os dados foram coletados por meio de entrevistas domiciliares, no período de agosto a setembro de 1985 e foram selecionados 853 indivíduos que consumiram medicamentos. As informações coletadas e analisadas diziam respeito a: a) nome; b) sexo; c) idade dos entrevistados; d) nome comercial do medicamento; e) sintoma ou condições para as quais foram usados; f) pessoa que orientou o uso. Quanto ao uso de medicamentos com prescrição, segundo o sexo, há maior percentagem para o sexo feminino que o masculino, 23,5% e 16,5%, respectivamente. Quanto à distribuição dos medicamentos

consumidos no período de estudo, observou-se que 58% dos medicamentos foram prescritos por médicos. A segunda taxa mais elevada do consumo de medicamentos foi de 12%, resultado de uma prescrição médica anterior, feita para o mesmo problema, levando a prática de autoprescrição. O farmacêutico, na maioria dos casos, e balconistas da drogaria ou farmácia, foram apontados como orientadores do uso de 10,04% dos medicamentos consumidos. O grupo de medicamentos mais consumido foi o dos analgésicos e antitérmicos (21,6%), ação terapêutica sobre o aparelho cardiovascular (17,2%), ação terapêutica sobre o aparelho respiratório (16,3%), antibióticos e quimioterápicos (12,2%), vitaminas e antianêmicos (7,7%), ação sobre o sistema nervoso central (7,1%), ação terapêutica sobre o aparelho digestivo (0,04%), antiespasmódico (4,1%), verminose (1,3%), e demais medicamentos (6,5%). A livre compra de medicamentos, para cuja dispensação seria obrigatória a apresentação de receita médica (44%), se, por um lado, demonstra o pouco caso ou descontentamento em relação às normas regulares, por outro, evidencia as dificuldades de acesso a uma atenção médica e farmacêutica adequadas.

VILARINO (1998), um dos poucos que focalizaram a reutilização da receita médica, abordou em seu estudo as características do usuário de medicamentos, enfatizando a automedicação orientada, que se refere à reutilização de receitas antigas sem que elas tenham sido emitidas para uso contínuo e a função simbólica que os medicamentos exercem sobre a população junto à necessidade de prescrição para obtenção de medicamentos. Na pesquisa, foram entrevistadas 413 pessoas do município de Santa Maria, por meio de visitas domiciliares, de novembro de 1994 a janeiro de 1995 e de março a maio de 1995, sobre o consumo de medicamentos no último mês, a contar da data da entrevista. Dos 413 entrevistados, 289 usaram algum medicamento no último mês (69,9%). Desses, 220 se automedicaram pelo menos uma vez (76,1%) e 69 estavam orientados por receita médica atualizada todas as vezes que se medicaram (23,9%). A média de idade dos entrevistados foi de 30,3 anos, observando-se correlação significativa entre idade e automedicação (mais elevada entre os adultos). Dos que se automedicaram, 17 possuíam qualificação superior (14,4%), 50 qualificação intermediária (42,4%), e 51 sem qualificação específica (43,2%). A média de consumo foi de 2,0 medicamentos/pessoa, sendo a cefaléia o principal sintoma para automedicação. Das 463 prescrições médicas utilizadas, 344 tratavam de prescrições atualizadas (74,3%) e 119 eram receitas antigas reutilizadas pelo entrevistado por sua própria vontade (25,7%). Com relação à visita ao médico, dos que se automedicaram, 134 não faziam avaliações médicas periódicas (61,2%), 44 faziam-nas uma vez ao ano (20,1%), 21 duas vezes ao ano

(9,6%) e 20 faziam-nas 3 ou mais vezes ao ano. Embora alguns dos entrevistados citassem motivos para não acreditarem no médico, encontrou-se um alto índice de confiança médica, mesmo dentre os que se automedicaram.

O Centro de Informações sobre Medicamentos (CIM) da Universidade Federal do Ceará que disponibiliza de fontes de informações técnico-científicas e auxiliares sobre medicamentos e sua utilização apropriada para garantir o uso racional dos mesmos serviu de estudo para SILVA (1997). Do total de 246 solicitantes, 38,6% eram os próprios usuários, 4,5% estudantes de Farmácia e/ou Medicina, 8,1% médicos, 0,8% enfermeiras e 2,8% outros. Dos 296 pedidos de informação, 45,61% corresponderam a dúvidas sobre terapêutica (indicação, eficácia, posologia, farmacocinética, composição, tratamento e alternativas terapêuticas); 42,2% a problemas com o uso de medicamentos (reação adversas, interações medicamentosas, precauções, toxicidade); 5,40% casos correspondem a pedidos de monografia sobre fármacos; 5,07% a informações sobre disponibilidade no mercado e 1,69% a outros temas. O grupo de fármacos mais freqüente foram vitaminas, analgésicos e agentes antiinflamatórios.

PIZZOL (1997) verificou a situação de diferentes materiais publicitários, com relação à qualidade de informações para a prescrição, tomando como base às recomendações da OMS e a legislação que regulamenta a propaganda dos medicamentos no Brasil. Foram coletados 317 anúncios, sendo 71 folhetos avulsos, 47 anúncios em revistas não-científicas e 199 anúncios em revistas científicas. Entre os três tipos de anúncios estudados, os folhetos avulsos foram os que apresentaram uma maior quantidade de informações.

Com o objetivo de conhecer algumas características dos indivíduos que consomem medicamentos sem prescrição médica, quais os fármacos mais utilizados e quais os orientadores das automedicações, LIMA (1992) realizou um estudo com 295 pessoas residentes na cidade de Santa Maria, independente de idade, sexo, raça, classe social, nível de escolaridade ou local de residência. A amostra foi selecionada, aleatoriamente, por meio de sorteio dos endereços e os dados obtidos na entrevista domiciliar, realizada de março de 1990 a maio de 1991. Dos entrevistados, 83,1% já tinham feito uso de automedicação, que é realizada por 78% dos pacientes do sexo masculino e 85,1% do sexo feminino, e, entre as categorias estabelecidas, os estudantes são os que mais se automedicam (85,7%). Os analgésicos, antitérmicos e antiinflamatórios foram os medicamentos mais usados como automedicação (75,4%), sendo o principal o AAS (53,6%); a dipirona (28%), o acetaminofen (5,1%) e outros (2,4%). A maioria das automedicações se originou de conhecimentos prévios do próprio usuário, mas o balconista da farmácia ainda é responsável por 20,1% das automedicações.

Esta revisão de literatura sobre a temática permitiu identificar as questões que ainda precisam ser investigadas e, dentre elas, optamos por verificar as implicações da variável receita médica no processo de automedicação.

METODOLOGIA

AMOSTRA

Como amostra para o estudo, foram considerados todos os clientes, voluntários, da farmácia A, localizada no centro da cidade de Santa Maria e todos os clientes, voluntários, da farmácia B, localizada na periferia da cidade, perfazendo um total de 404 sujeitos. A escolha de duas farmácias baseou-se no pressuposto de uma possível diferença nos hábitos da clientela em função de sua localização. Para a decisão do tamanho da amostra foi considerado o número de clientes atendidos por dia, na farmácia A (aproximadamente 230 pessoas) e, na Farmácia B (aproximadamente 100 pessoas).

INSTRUMENTO

Foi elaborado e validado um questionário denominado QURMA, específico para esta pesquisa, em que constam: a) dados de identificação (sexo, idade, profissão, renda familiar, grau de escolaridade); b) questões de múltipla escolha (uso de receita médica, reutilização de receita medica).

PROCEDIMENTOS

Todos os clientes das farmácias A e B, que efetuaram a compra de medicamentos na primeira quinzena (maior fluxo de clientes) dos meses de setembro e outubro de 1999, foram convidados a preencher o questionário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados permitem a seguinte caracterização da amostra:

- a) 73,5% do sexo feminino;
- b) 30,2% na faixa etária de 20 a 30 anos;

c) com relação à profissão, o número de participantes, na farmácia A, relacionados à área da saúde foi de 37 pessoas, sendo 4 farmacêuticos; 3 médicos; 6 enfermeiros; 5 técnicos em enfermagem; 12 dentistas; 4 fisioterapeutas e 3 fonoaudiólogos; houve o predomínio de pessoas com nível escolar e financeiro mais elevados em relação à farmácia B;

d)na variável renda familiar, identificou-se a prevalência de 3 a 9 salários mínimos;

e)na variável grau de escolaridade verificou-se um percentual de 13,6% com escolaridade de 1º grau incompleto e 26,5% com escolaridade superior completa

Os resultados da aplicação das questões constantes do instrumento de coleta de dados (QURMA) identificam que dos 404 entrevistados, 230 (56,93%) responderam que “às vezes utilizavam” a receita médica quando vão à farmácia e que a maioria (311, 77%) somente vai à farmácia em caso de doença ou de extrema necessidade (77%).

Quanto aos usuários que “sempre” (21) ou “às vezes reutilizam” (189) a receita médica, faziam-na mais freqüentemente quando se tratava de medicação de uso contínuo (140) ou quando sentiam dor e relacionavam com alguma doença para a qual já tinham uma receita médica (70).

Para a identificação dos medicamentos considerou-se o grupo farmacológico, desconsiderando o nome genérico. Constatou-se que os medicamentos mais reutilizados foram os antiinflamatórios (88). Esta questão foi respondida somente pelos usuários que “sempre” ou “às vezes reutilizavam” a receita médica.

Entre os participantes da amostra, evidenciou-se que 359 fazem tratamento de acordo com a receita médica, na qual 251 afirmam que sem ela não seria realizada a compra de medicamentos, indicando a grande preocupação em zelar pela saúde e fazer o tratamento médico de forma correta; 267 indivíduos consideram o profissional de farmácia digno de confiança, capaz de influenciar de forma benéfica na compra de medicamentos. Ao mesmo tempo em que a maioria (n=218) procura o médico quando da possibilidade de compra de um medicamento mais barato com o mesmo princípio ativo, retratando a confiança no médico e no tratamento prescrito, 212 pessoas compram uma medicação mais barata, caso a medicação prescrita tenha um valor muito elevado.

Foram realizados os cruzamentos das variáveis idade, renda familiar e grau de escolaridade com as variáveis utilização de medicação sem receita médica e reutilização de receita médica, com o emprego do teste Qui Quadrado para análise do grau de associação.

Das 202 pessoas com renda familiar entre 3 e 9 salários mínimos, 157 “às vezes tomavam” medicação sem receita médica (38,9%), enquanto 26 com renda familiar de até 2 salários mínimos e 17, com renda familiar acima de 10 salários mínimos, “nunca tomavam” medicação sem receita médica (6,44% e 4,21% respectivamente). A freqüência de pessoas que “sempre tomavam” medicação sem receita médica foi baixa.

O pressuposto era de que a localização da farmácia A, cuja clientela era da classe média, em grande parte, com profissões condizentes com a classe social e da B com clientes de classe baixa, em sua maioria, com profissões ligadas a serviços gerais (mecânico, eletricista), pudessem identificar as tendências citadas, mas isso não foi confirmado, pois o uso de medicação sem receita médica parece depender da renda familiar e demais variáveis.

Neste estudo, a renda familiar não foi o fator decisivo quando da comparação entre as duas farmácias. A renda familiar prevalente foi de 3 a 9 salários mínimos não havendo associação entre a utilização de medicação sem receita médica. Desta forma, a automedicação torna-se uma prática independente do nível econômico coincidindo com os resultados de LIMA (1992).

Em relação ao grau de escolaridade, foi feito um agrupamento em 6 classes: 1º grau incompleto (n=51), 34 “às vezes tomavam” medicação sem receita médica (8,42%), e 30 “às vezes reutilizavam” a receita médica (7,43%); 1º grau completo (n=44); 28 “às vezes tomavam” medicação sem receita médica (6,93%), 24 “às vezes reutilizavam” receita médica (5,94%) e 17 “nunca reutilizavam” a receita médica (4,21%); 2º grau incompleto (n=49) 40 “às vezes tomavam” medicação sem receita médica (9,9%), 27 “às vezes reutilizavam” a receita médica (6,68%); 19 “nunca reutilizavam” receita médica (4,7%); 2º grau completo (n=89); 65 “às vezes tomavam” medicação sem receita médica (16,09%), 48 “nunca reutilizavam” receita médica (11,88%); 3º grau incompleto (n=64), 55 “às vezes tomavam” medicação sem receita médica (13,61%), 24 “às vezes reutilizavam” a receita médica (5,94%) e 39 “nunca reutilizavam” a receita médica (9,65%); 3º Grau completo (n=107), 86 “às vezes tomavam” medicação sem receita médica (21,29%), 47 “às vezes reutilizavam” a receita médica (11,63%) e 55 “nunca reutilizavam” a receita médica (13,61%).

Realizada uma análise estatística (X^2) verificou-se que há associação entre o grau de escolaridade e a variável “hábito de utilizar a medicação sem receita médica”.

Das 161 pessoas com idade abaixo de 30 anos, 8 “sempre” tomavam medicação sem receita médica (1,98%), 125 “às vezes tomavam” medicação sem receita médica (30,94%), 63 “às vezes reutilizavam” a receita médica (15,6%), 28 “nunca tomavam” medicação sem receita médica (6,93%), 90 “nunca reutilizavam” a receita médica (22,30%). Em contrapartida, das 243 pessoas acima de 30 anos, 5 “sempre” tomavam medicação sem receita médica (1,24%), 13 “sempre reutilizavam” a receita médica (3,22%), 183 “às vezes tomavam” medicação sem receita médica (45,3%), 126 “às vezes

reutilizavam” a receita médica (31,2%), 55 “nunca” tomavam medicação sem receita médica (13,61%) e 104 “nunca reutilizavam” a receita médica (53,61%).

O presente estudo demonstra que o hábito de reutilizar a receita médica relaciona-se com medicação de uso contínuo, pois quando o indivíduo sente dor, associa-a a alguma doença para a qual tenha uma receita médica. A autonomia para diagnosticar sintomas, junto à utilização de medicação contínua, faz da receita medica um instrumento para a prática da automedicação. Desta forma, o paciente vai à farmácia só em caso de extrema necessidade.

Os antiinflamatórios foram a classe de medicamentos mais assinaladas no questionário e isso se confirma em outros estudos que direcionam para questão de medicamentos, como em LIMA *et al*, (1992) e ARRAIS *et al*, (1997).

Os dados obtidos, quanto à última visita ao médico, demonstraram que 41,35% fizeram-na há mais de um mês, reforçando os dados de VILLARINO *et al*, (1998), nos quais, dos que se automedicaram, 61,2% não faziam avaliações médicas periódicas; 21,1% faziam-nas uma vez ao ano; 9,6% duas vezes ao ano e 9,1% faziam-nas três ou mais vezes ao ano.

Nesse aspecto levou-se em conta que, grande parte dos entrevistados (Farmácia B) não tem acesso fácil ao médico, retratando a situação da saúde no Brasil.

O tratamento prescrito pelo médico é feito de acordo com a receita médica em 88,9% dos casos, evidenciando a confiança no médico. VILLARINO *et al*, (1998) quando analisou os motivos para acreditar ou não no médico verificou que, entre os que se automedicaram, 86% acreditam que o médico sabe o que faz ao receitar. Da mesma forma, SIMÕES *et al*, (1988) destacou a figura do médico como indutor da autoprescrição, quando isto se torna a solução para qualquer desconforto físico ou mental.

Dentre o segmento dos entrevistados que utilizam medicação sem receita médica ou reutilizavam a receita médica, os dados indicam que houve associação (n.m.s. <0,001) entre o grau de escolaridade e as variáveis citadas. De acordo com VILLARINO *et al*, (1998), a bibliografia apresenta dados controversos, desde a ausência de relação à clara associação entre os fatores. Há resultados que acusam maior consumo de medicamentos entre os que freqüentaram a escola por mais tempo, provavelmente por disporem de maior informação o que os auxilia na escolha de medicamentos. O trabalho de LIMA *et al*, (1992) não identificou diferenças significativas em relação à automedicação e o nível de escolaridade.

No grupo de pessoas que têm o hábito de reutilizar a receita médica, não foi encontrada associação significativa ($n.m.s. = 0,0478$) entre os sexos. Este resultado é semelhante aos trabalhos de LIMA *et al*, (1992), ARRAIS *et al*, (1997) e VILLARINO *et al*, (1998).

Quanto à faixa etária, os indivíduos com idade superior a 30 anos reutilizam a receita médica com maior frequência, indicando haver associação entre faixa etária e reutilização de receita medica.

CONCLUSÕES

Os dados deste estudo permitem concluir que:

- a) somente 5% dos clientes utilizam a receita médica;
- b) 48% dos sujeitos nunca utilizam a receita médica;
- c) há relação entre o uso da receita médica e as variáveis grau de escolaridade e faixa etária;
- d) não há relação entre o uso da receita médica e as variáveis sexo e renda familiar;

Considerando que o conhecimento é um fator potencial para minimizar a prática da automedicação, pode-se identificar o farmacêutico como um elemento fundamental na difusão deste conhecimento, por ser um profissional capacitado para esclarecer as dúvidas a respeito do uso indevido de medicamentos e por estar presente no balcão da farmácia quando da solicitação dos produtos.

A identificação das variáveis, seu grau de interferência são respostas parciais para a solução de um problema complexo (automedicação). A este, devem somar-se outros estudos para que o resultante corpo de conhecimento permita indicações e ações eficazes na defesa da saúde da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, Paulo Sérgio D. *et al*. 1997. Perfil da Automedicação no Brasil. **Saúde Pública**, v.31, n.1, p71-77.

KOROLKOVAS, Andrejus BURCKHALTER, Joseph H. 1988. **Química Farmacêutica**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A.

LIMA, Clóvis *et al*. 1992. Automedicação na cidade de Santa Maria, RS. **Revista Saúde**, v.18, n.1-2, p.69-74.

PIZZOL, Felipe D. 1997. Informações para a prescrição de medicamentos. Qual é a contribuição da propaganda? **Revista HCPA**, v.17, n.3, p.126-29.

SCHENKEL, Eloir P. *et al.* 1998. **Cuidado com os medicamentos**. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS .

SIMÕES, Maria Jacira *et al.* 1997. Indicadores do Uso de Medicamentos em Unidades Municipal de Saúde de Ribeirão Preto, SP. **INFARMA**, v.6, n.3-4, Jul/Dez.

SILVA, Cleber D. *et al.* 1997. Centro de informações sobre Medicamentos. Contribuição para o uso racional de fármacos. **Cad. Saúde Pública**, v.13, n.3, p.531-35.

VILARINO, Jorge F. *et al.* 1998. Perfil da automedicação em município do sul do Brasil. **Saúde Pública**, v.32, n.1, p.43-9.